

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.661 - PR (2019/0239112-6)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : MARIA DE LOURDES PAULA DIAS**  
**ADVOGADO : MARIA CICERA POLATO - PR049622**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Maria de Lourdes Paula Dias contra decisão do TRF da 4ª Região que não admitiu o recurso especial com amparo no óbice da Súmula 7 do STJ.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 198):

**PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. BOIA-FRIA. REQUISITOS LEGAIS NÃO COMPROVADOS.**

1. Improcede o pedido de aposentadoria rural por idade quando não atendidos os requisitos previstos nos artigos 11, VII, 48, § 1º, e 142, da Lei nº 8.213/1991.
2. Considera-se comprovado o exercício de atividade rural havendo início de prova material complementada por prova testemunhal idônea.
3. Hipótese em que não restou caracterizada a atividade rural durante o período equivalente à carência, porquanto a prova testemunhal não comprova os fatos alegados.
4. Honorários advocatícios majorados, de ofício.

A parte recorrente alega a existência de violação do entendimento jurisprudencial do STJ, bem como de dispositivos da Lei n. 8.213/91 pedindo o provimento do seu recurso.

É o relatório.

Relativamente à concessão do benefício previdenciário, o Tribunal de origem, com suporte no acervo probatório dos autos, entendeu que (e-STJ, fl. 206):

**Constata-se que a prova testemunhal produzida em juízo foi inconsistente, quer dizer, não se revestiu da firmeza em afirmar o labor rurícola da autora a partir de 2000.**

**Assim, não restando comprovado o exercício de atividades rurícolas pela parte autora no período de carência, deve ser mantida a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício de aposentadoria por idade.**

Sinale-se que a demandante não se encontra desamparada perante a Previdência Social, visto que recebe pensão por morte desde 2001.

# Superior Tribunal de Justiça

(grifos acrescidos)

Da leitura do acórdão recorrido, deduz-se que a Corte local firmou seu entendimento alicerçado nas provas dos autos, especialmente na inconsistência da prova testemunhal. Desse modo, a revisão do julgado implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, ante o que preceitua a Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. DECISÃO FUNDAMENTADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7/STJ.

I - Não corresponde à realidade o argumento de que o acórdão recorrido desconsiderou entendimento firmado nesta e. Corte, no sentido de que o tempo de trabalho rural pode ser comprovado mesmo no período anterior à mais antiga prova material apresentada, caso corroborada por prova testemunhal.

II - O Tribunal *a quo*, considerou esse entendimento, decidindo entretanto de forma desfavorável ao recorrente, conforme a fundamentação que se transcreve *in verbis* (fl. 208/210): "Não se ignora a decisão do Recurso Repetitivo analisado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que aceitou, por maioria de votos, a possibilidade de reconhecer período de trabalho rural anterior ao documento mais antigo juntado como prova material, baseado em prova testemunhal, para contagem de tempo de serviço para efeitos previdenciários, conforme segue: Neste caso, porém, não é possível aplicar-se a orientação contida no referido julgado, tendo vista que as testemunhas não foram consistentes o bastante para atestar o exercício de labor rural em período anterior ao documento mais antigo. Observe-se que as testemunhas prestaram depoimentos que contrariam as informações declaradas pelo próprio autor na audiência, no tocante ao início do labor. (grifo nosso) Os termos finais foram fixados com base no pedido e no conjunto probatório."

**III - Vê-se pois, que a análise ampla do conjunto probatório, inclusive no que pertine à prova testemunhal, levou à conclusão do julgador sobre o período laborado no campo. Sendo assim, rever o posicionamento adotado na instância ordinária, esbarra, de fato, no enunciado n. 7 da Súmula do STJ, sendo, por isso, inviável o recurso especial.**

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.023.022/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 28/5/2018 - grifos acrescidos)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253,

# *Superior Tribunal de Justiça*

parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

